

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.853 - PR (2019/0172658-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA**  
**PROCURADOR : ELIANE CRISTINA ROSSI CHEVALIER - PR014018**  
**AGRAVADO : BUECHNER REPRES COMERCIAIS LTDA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE CURITIBA contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão que reconheceu a prescrição da pretensão executiva fiscal, nos termos do art. 174 do CTN.

No apelo nobre (e-STJ fls. 101/114), o recorrente apontou violação do art. 174, parágrafo único, I, do CTN e dos arts. 8º, § 2º, e 25 da LEF. Sustentou, em resumo, a não ocorrência da prescrição. Para tanto, alegou que: *(a)* o despacho que ordenou a citação interrompeu a prescrição; *(b)* a execução fiscal foi ajuizada dentro do lustró legal, e a demora para a realização da citação decorreu de culpa da máquina judiciária, sendo o caso de aplicação da Súmula 106 do STJ; *(c)* não foi pessoalmente intimado para andamento ao feito executivo.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 116).

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender aplicável a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 118/121); fundamentação com a qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 124/142).

Sem contraminuta (e-STJ fl. 144).

Passo a decidir.

O recurso especial obstado se origina de execução fiscal ajuizada pelo recorrente, que veio a ser extinta pelo juízo de primeiro grau, em face da prescrição.

Em sede de apelação, o TJ/PR manteve a sentença, com a seguinte fundamentação:

Trata-se o presente recurso de apelação em face da sentença do juiz "a quo" que julgou extinta a ação de Execução, reconhecendo a ocorrência da prescrição.

O apelante sustenta que a decisão recorrida deve ser reformada, pois está equivocada ao reconhecimento da prescrição.

Pois bem.

Para a contagem prescricional quanto à exigência do crédito tributário pela Fazenda Pública utiliza-se, como marco inicial, o vencimento da obrigação, momento no qual passa a ser exigida.

A prejudicial de mérito ocorre em 5 (cinco) anos após a constituição definitiva dos créditos, consoante o art. 174 do CTN e é interrompida pela citação pessoal feita ao devedor.

O STJ, recentemente, firmou entendimento no sentido de que a propositura da ação constitui o termo inicial para a contagem do prazo prescricional.

Na hipótese dos autos, considerando que a ação foi proposta em 17/08/2001 e o despacho determinando a citação ocorreu em 25/10/2001 somente a citação pessoal do devedor tinha o condão de interromper o fluxo do prazo prescricional, o que não ocorreu neste caso.

Em também não merece guarida a alegação do sujeito ativo da obrigação tributária de que a não triangulação processual se deu por motivos imputáveis exclusivamente ao Judiciário, o que afasta a aplicabilidade da Súmula 106 do STJ. É que a demanda foi proposta em agosto de 2001 e o despacho citatório proferido em outubro do mesmo ano, sendo que a Fazenda se manifestou novamente nos autos apenas em 19/04/2005. Veja-se que, da data do ingresso com a demanda executiva fiscal até a sentença, passaram-se quase 15 anos, sendo que todas as manifestações fazendárias foram examinadas e respondidas pelo Judiciário.

[...]

A ausência de impulso processual não pode ser atribuída exclusivamente ao mecanismo do Poder Judiciário, uma vez que o exequente contribuiu para a morosidade, tendo negligenciado o andamento do feito.

Pois bem.

Do que se observa, o presente recurso encontra óbice na Súmula 83 do STJ, uma vez que o posicionamento consignado no acórdão recorrido coincide com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior.

Isso porque, por ocasião do julgamento REsp 1.120.295/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção firmou a tese de que o art. 219, § 1º, do CPC/1973 também é aplicado às execuções fiscais, de modo que o marco interruptivo previsto no art. 174, parágrafo único, I, do CTN – citação ou despacho que a ordena exarado já na vigência da LC 118/2005 – retroage à data da propositura da ação, **quando a demora para a realização da citação não pode ser atribuída à exequente.**

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 435/STJ.

1. Em recurso especial representativo da controvérsia, o REsp 1.120.295/SP, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que iniciado o prazo prescricional com a constituição do crédito tributário, o termo *ad quem* se dá com a propositura da execução fiscal. Outrossim, a interrupção da prescrição pela citação válida, na redação original do art. 174, I, do CTN, ou pelo despacho que a ordena, conforme a modificação introduzida pela Lei Complementar 118/05, retroage à data do ajuizamento, em razão do que determina o art. 219, § 1º, do CPC, quando a demora na citação não for atribuída ao Fisco.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no tocante à aplicação da Súmula 106/STJ, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1.566.030/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. SÚMULA 106/STJ. INÉRCIA DO FISCO. SÚMULA 7 DO STJ. ORIENTAÇÃO.

CONSONÂNCIA.RECURSO REPETITIVO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, firmou o entendimento de que, na cobrança judicial do crédito tributário, a interrupção do lustro prescricional operada pela citação válida (redação original do CTN) ou pelo despacho que a ordena (redação do CTN dada pela LC 118/2005) sempre retroage à data da propositura da ação (art. 219. § 1o., do CPC c/c o art. 174 do CTN).

2. Também não merece seguimento o presente recurso quanto à alegação de ausência de inércia do Poder Judiciário em efetuar a citação do devedor, pois esta análise demanda, necessariamente, reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado ao STJ, em Recurso Especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1.460.275/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 26/09/2014).

No caso dos autos, todavia, o Tribunal *a quo* assentou estar caracterizada a inércia da exequente na promoção dos atos necessários à citação do devedor.

Nesse contexto, tem-se que a verificação quanto à responsabilidade por eventual paralisação do processo, para fins de aplicação ou de afastamento da Súmula 106 do STJ, por demandar reexame de matéria fático-probatória, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. A propósito, *vide*: REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 01/02/2010, também julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC/1973.

Acresço, por oportuno, que o apontado art. 25 da LEF, além de não ter sido efetivamente analisado pelo TJ/PR, não tem comando normativo apto a modificar o acórdão recorrido, pois, como visto, sua razão de decidir não diz respeito à necessidade de intimação pessoal da Fazenda Pública, mas à desídia da exequente no processo. Incide no ponto as Súmulas 282 e 284 do STF.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator